

# Religião e filantropia: a Maçonaria Católica do Brasil (1890-1910)

Adalmir Leonidio<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo traz a lume assunto ainda inédito na historiografia brasileira sobre a maçonaria, qual seja a ação da “maçonaria católica” do Brasil durante a República Velha.

**Palavras-chave:** Maçonaria católica, Brasil, República Velha

O presente artigo traz a lume os primeiros resultados de uma pesquisa que se inicia sobre um tema ainda inédito na historiografia brasileira, qual seja a “maçonaria católica”. Trata-se de uma tendência da maçonaria, que manteve certa relação com os princípios religiosos do positivismo de Augusto Comte, difundidos no Brasil durante a Primeira República pelos fiéis da Igreja Positivista, cujos mentores eram Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

## 1. O que foi a “maçonaria católica”?

O termo “maçonaria católica” não era o mais usado para designar aquela parte ou tendência da maçonaria que pretendia instaurar uma “nova religião de caráter sociocrático” no Brasil. Mas ele se justifica pela fácil identificação da temática em foco. O termo mais comum era “ortologia”. Pretendendo designar a “única verdadeira lógica”, ele foi literalmente inventado por Magnus Sondahl e começou a aparecer no país em fins do século XIX. O jornal carioca *O Protesto* informava, em 1899, sobre um livro que tinha por título *Catecismo ortológico*, onde frisava:

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Sociologia e Economia da ESALQ/USP.

“Do nosso camarada Dr. Magnus Sondahl recebemos 25 exemplares do primeiro tomo deste científico e importante estudo. Recomendamos a sua leitura a todos os nossos camaradas, por ser de grande utilidade”.<sup>2</sup>

Por esta mesma época surgia o jornal *O Libertarista*, do Rio de Janeiro, dirigido por Magnus Sondahl e Espiridião de Medicis Dilotti. Em epígrafe vinha a famosa frase de Comte, ligeiramente modificada: “conhecer, para prever, a fim de melhorar”. Isto leva a crer que a intenção do inventor da “ortologia” era fazer dela uma espécie de substituto ou concorrente do positivismo, já que afirma ser aquela um “novo sistema lógico”. No lugar do Apostolado Positivista do Brasil ele colocava a “União Sociocrática”, que, segundo informa, tinha núcleos em várias partes do mundo: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Islândia, Dinamarca, Suécia, França, Grécia e “outras partes da Europa”; além de Brasil, Argentina e “outros centros populosos da América do Sul”.<sup>3</sup>

As informações sobre a “ortologia” são ainda muito escassas, pois não existe qualquer referência sobre o assunto na bibliografia que trata da maçonaria no Brasil. Mas é possível que se trate de assunto de grande gravitação intelectual na virada do século. Em 15 de março de 1903, Lima Barreto, após ter lido o *Catecismo ortológico*, enviou a Magnus Sondahl uma carta, pedindo mais informações sobre o assunto. Pedia-lhe a remessa de “algumas mais publicações” que lhe esclarecessem o espírito e contribuíssem para a sua “completa iniciação”.<sup>4</sup> Dois dias depois, Sondahl responde-lhe, desculpando-se por não poder enviar as publicações do Areópago<sup>5</sup> referentes ao tema, por estarem elas esgotadas. Além disso, informa que grande parte do conhecimento relativo à ortologia, sobretudo a sua parte “esotérica”, “a mais importante da propaganda”, só era comunicada “em lojas, aos iniciados, conforme o seu grau”.<sup>6</sup> Aquilo que não era restrito aos iniciados podia ser estudado em seus livros<sup>7</sup> ou através de lições oferecidas na Universidade Sociocrática, por ele fundada. A seguir resume as “medidas urgentes e necessárias atuais da propaganda”, medidas estas que muito faz lembrar a propaganda positivista em prol de uma nova ordem social. A primeira medida importante apontada por Sondahl para a “remodelação social” seria uma ampla “reforma intelectual”, uma vez que “todos os erros práticos” provinham dos “lógicos”. Paralelo ao preparo intelectual estava a “cooperação racional pelo emprego da plutometria, ou medida justa da produção e do consumo”. A “plutometria” visava a extinção da emissão do “dinheiro oficial”<sup>8</sup>, cada um devendo ter “a liberdade e a faculdade de emitir sobre aquilo que possui ou aquilo que produz”. Daí resultaria o enriquecimento gradual de todos, cada um tornando-se patrão de si mesmo. Mas só os “iniciados” e os “cooperadores da União Sociocrática” poderiam auferir tais benefícios, sendo eles também os

únicos aptos a dirigir os destinos humanos. Para a execução deste plano de reforma, Sondahl propõe a criação de espécies de falanstérios fourieristas, os “archontados locais e regionais”, que seriam, segundo suas próprias palavras, “centros industriais, agrícolas e financeiros”. Os “archontados urbanos” seriam responsáveis pelo comércio, pela indústria e pelas construções prediais e de vias públicas. Os “archontados rurais” cuidariam dos “burgos sociocráticos” ou “cidades-jardins”, substitutos das “imundas casernas que têm hoje o nome de cidade”. Daí que uma das partes importantes da “nova religião” fosse o “culto da natureza”. Vencida esta “fase transitória”, começaria então “a bela época do aperfeiçoamento sistemático da Terra e das espécies vivas”. Portanto, na nova ordem social imaginada por Sondahl, nem mesmo as plantas e os animais deixariam de ter seu lugar.<sup>10</sup>

A Universidade Sociocrática<sup>11</sup> ou Universidade Popular de Ensino Livre foi criada, ao que tudo indica, no início do século XX, embora não se tenha informações detalhadas sobre seu funcionamento. Não se sabe ao certo também se se trata da mesma Universidade Popular fundada pelo anarquista Fábio Luz ou, se não, da sua relação com esta. As aulas tinham um duplo fim: “tornar o estudioso apto para providenciar sua subsistência material e capaz de embelezar seu interior espiritual”, pois que se partia da máxima comtiana segundo a qual, para haver “harmonia na vida”, era “indispensável conciliar as necessidades biológicas ou físicas com as necessidades subjetivas”, criando assim um homem perfeito, completo. Os planos de Sondahl eram ambiciosos, como mostra a citação a seguir:

“A Universidade Popular de Ensino Livre tomará a si a instrução pública, primeiro no Brasil, depois em todos os outros países do mundo. Ela representa um plano de transição entre a instrução geral de hoje e a instrução mais positiva do porvir. Faz parte da propaganda da União Universal Sociocrática e conduz o homúnculo de nossos dias, através dos altos mistérios da Maçonaria Católica, transformado em homem, até o pórtico majestoso do futuro Templo da razão, onde, por fim, imperará a ortologia, ou a lógica universal”.<sup>12</sup>

A “nova religião” contava com a simpatia e a adesão de muitos anarquistas e socialistas da virada do século, como aqueles ligados aos jornais *Gazeta Operária* e *Brazil Operário*. Basta ver, para este último, o apelo que aparece em suas páginas, em 1904: “Parece-nos muito fora de molde insistir aqui na necessidade da encetadura de uma campanha enérgica para concentrar os esforços de todos os obreiros pela sua regeneração ortológica”.<sup>13</sup>

## 2. Religião e filantropia: uma hipótese para o estudo da maçonaria

A questão central que motiva a pesquisa cujo esboço apresentamos aqui é buscar mostrar, a partir do estudo da “maçonaria católica”, que o laicismo é uma hipótese derrotada no seio da maçonaria brasileira, tendendo a predominar o aspecto religioso e filantrópico.

Segundo opinião difundida, a maçonaria apresenta-se como a continuação e a transformação das corporações dos mesteres ou pedreiros da Idade Média e do Renascimento, na qual o “elemento especulativo” tomou o lugar do “elemento operativo”.<sup>14</sup> Em 1717, quatro lojas de pedreiros de Londres organizaram-se numa espécie de federação a que deram o nome de Grande Loja. Nas décadas de 1720 e 1730 introduziram-se as primeiras lojas maçônicas em França. Foi neste país que se definiram e estruturaram os dois ritos principais da Maçonaria. O chamado “Rito Escocês” foi a primeira tentativa de reforma institucional da Ordem Maçônica, a partir do *Discurso de Ramsay* – nome do seu autor, um cavaleiro escocês que viveu longos anos em França –, composto em 1736/1737 e publicado em 1738, com reformas em 1801/1804. O “Rito Francês” foi a segunda reforma da Ordem Maçônica tradicional, criado em 1773 com a instituição do Grande Oriente de França. Foi na França também que a Maçonaria se tornou mais laicizada e filosófica. A partir de então os princípios maçônicos convergem com a ideologia liberal individualista e a Maçonaria mantém uma posição política caracterizada pelo combate ao poder absoluto do rei e às doutrinas da Igreja Católica.

Na segunda metade do século XIX há uma cisão entre “progressistas” – aqueles ligados à tradição francesa, mais racionalista – e “conservadores” – estes muito mais próximos da tradição inglesa, com uma posição muito ligada aos dogmatismos religiosos, anti-ilustrados, tendendo a enfatizar valores como hierarquia, comunidade, ritual e tradição. Talvez tenha tido origem aí uma certa corrente espiritualista, assemelhada a uma nova igreja, que vê no ritual muito mais do que um conjunto de símbolos e de práticas simbólicas. Para essa corrente, a Maçonaria dispõe de um método próprio para a pesquisa da Verdade – admitindo-se, conseqüentemente, a existência de uma Verdade absoluta –, a chamada “via iniciática”. Mediante a iniciação, o indivíduo seria levado ao autêntico conhecimento. Nestes termos, a iniciação real deve distinguir-se das iniciações simbólicas que são apenas imagens suas. A “via iniciática” encontrou resistência entre todos aqueles que viam na Maçonaria apenas uma instituição laica, racionalista. Defendendo embora o ritual e advogando até a sua prática rigorosa como cimento indispensável à unidade da Ordem e à sua ligação com o passado, rejeitam toda a explicação desse mesmo ritual que

não seja puramente simbólica e racionalista. Neste sentido, apenas a forma da Maçonaria é ritualista, mas não a sua essência.

Como foi dito, os princípios da Maçonaria, ao menos aquela ligada à tradição francesa, convergem com a ideologia liberal individualista. Sabe-se que o lema da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – é de inspiração maçônica. Os ideais de justiça e solidariedade humanas, fazendo tábula rasa das classes sociais, estão relacionados ao contexto histórico em que nasceram, com a a burguesia tendendo a fazer de seus pontos de vista particulares princípios universais, os únicos racionais possíveis. Estes preceitos vagamente humanitários vão aparecer nas constituições maçônicas de quase todo o mundo, mudando um pouco de teor ao longo da história e dos diferentes países. Em Portugal, por exemplo, influenciado muito mais pela tradição inglesa do que pela francesa, a ênfase no aspecto de filantropia é muito grande. A constituição maçônica portuguesa estabelece, em 1840 e 1850, que seu fim principal é “o exercício da beneficência”. A de 1871 definia a Maçonaria como uma “associação de homens unidos pelos laços da amizade fraternal”, colocava como suas bases constitutivas “a crença religiosa, o amor da família, da pátria e da humanidade” e como fim principal “o melhoramento da condição social do homem pela instrução, pelo trabalho, pela proteção e pela beneficência”. E a de 1907 definia-a como “uma instituição essencialmente humanitarista”, exigindo “o máximo altruísmo, o sacrifício de quaisquer interesses materiais e morais ao bem-estar dos seus semelhantes”.<sup>15</sup> Neste sentido, a Maçonaria, de uma forma geral, foi sempre, essencialmente, uma organização conformista, dando peso a um modo de ação tipicamente cristão que é a caridade.

Embora a primeira Obediência maçônica brasileira só tenha sido criada em 1822 – o Grande Oriente Brasílico<sup>16</sup> –, sabe-se que as idéias da Maçonaria foram introduzidas no Brasil juntamente com as idéias iluministas. Mas as correntes do pensamento moderno não surgiram no Brasil, a partir de fins do século XVIII, de forma espontânea, como parte de seu desenvolvimento histórico. Chegaram através de uma elite de letrados, filhos de fazendeiros e sua clientela, que haviam estudado em universidades européias e tomado contato com o ideário burguês, em eferescência por toda a Europa. Em assim sendo, encontraram uma mentalidade gestada por quatro séculos de colonização e com a qual deveriam se harmonizar.

A influência da mentalidade burguesa encontra resistências e gera adaptações em nome da mentalidade derivada das raízes rurais e coloniais. Assim, as idéias da Ilustração, que forneciam o “conteúdo” ideológico da burguesia em luta contra o Antigo Regime na Europa, inspiraram grandemente as lutas anticoloniais no Brasil, porém

foram adotadas apenas parcialmente e com sentido um tanto diverso. O que houve no Brasil não foi exatamente a Ilustração. A vertente reformista e conciliadora que aqui chegou não cultivou necessariamente a idéia de cidadania.

A “crise do sistema colonial”<sup>17</sup> coincidiu com a crise das formas absolutistas de governo em toda a Europa. As idéias da Ilustração e do Direito Natural, doravante o centro da teoria política e do pensamento social, iriam fornecer os argumentos teóricos de que necessitavam as populações coloniais para justificar sua rebeldia. Os interesses da Coroa eram identificados com os da Metrópole e, por isso, anticolonialismo era também para eles crítica ao poder indiscriminado dos reis, afirmação do princípio de soberania dos povos.<sup>18</sup>

Com a Revolução Francesa a nova classe burguesa, refletindo as transformações econômicas por que passara a Europa e pretendendo-se dominante, precisava alijar do poder as antigas classes, abolindo os privilégios da nobreza e suas instituições representativas. Mas para isso precisava propor as suas idéias de forma ideal, ou seja, universal, como única racional possível. De tal forma que as idéias de igualdade e liberdade pudessem ser sentidas por todos como uma poderosa arma contra a nobreza e os valores de hierarquia, que excluía a possibilidade de mobilidade social das classes inferiores da população. No Brasil não havia uma classe que pudesse representar esses valores, importados da Europa. Os adeptos das idéias liberais pertenciam às categorias rurais e sua clientela.

As camadas senhoriais, empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio, bem como a autonomia administrativa e judiciária, não estavam dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava. A idéia de revolução esbarrava sempre no receio de uma revolta de escravos. Esta situação levou as elites rurais (racistas e escravocratas) a repelir as formas mais democráticas de governo e a temer qualquer mobilização de massa. A condição necessária da revolução para essas elites era a manutenção da ordem e a garantia de seus privilégios. Assim, a ideologia política brasileira ficou imune à preocupação com os direitos individuais e os princípios de igualdade e liberdade, mas sobretudo alimentou entre as camadas ilustradas uma verdadeira fobia à idéia de revolução.

Não tendo, como na Europa, a função de ocultar a realidade de exploração do trabalhador que se via forçado a vender a sua força de trabalho à classe burguesa, já que aqui tal função era exercida pelas relações de clientelismo e patronagem, essas idéias assumiram um significado muito restrito. Primeiro serviram de arma na luta contra o monopólio colonial, mas mantendo os privilégios de uma elite que

as incorporara. Além disso serviram como forma de obter prestígio e distinção social para as categorias mais elevadas e sua clientela, em meio a uma população de analfabetos. Era o fenômeno do bacharelismo.<sup>19</sup>

Realizada a independência, o governo da nação ficava nas mãos de uma elite de fazendeiros e comerciantes, controlando o sistema eleitoral e os principais cargos da administração e da justiça - Câmara, Senado, Conselho de Estado e Ministérios - buscando manter a ordem escravocrata e limitando as tendências democratizantes de uma minoria de liberais que insistiam em suas idéias. Buscou-se limitar também os anseios daqueles que pretendiam uma expansão das indústrias, através da idéia de que o Brasil era um país essencialmente agrícola. Ficaram excluídas do poder as camadas populares, devido, sobretudo, o sistema restritivo das eleições indiretas, recrutando os votantes segundo critérios censitários.<sup>20</sup> Além disso, graças aos valores de hierarquia predominantes, as diferentes camadas da população não se reconheciam como iguais em direito e nem como membros de uma mesma nação.

Assim, praticamente, a missão mais importante da maçonaria no Brasil estava terminada por volta de 1822. Embora a Independência não se tenha realizado de acordo com a ideologia maçônica, cessado esse objetivo político, a organização começa a desintegrar-se.<sup>21</sup> Pouco depois, as poucas lojas existentes entraram em recesso, permanecendo assim até 1830, quando ressurgem, embora com atuação apagada e pouca significação política.<sup>22</sup> Assim, a inspiração liberal e ilustrada da maçonaria no Brasil tendeu a diluir-se em atividades puramente filantrópicas. Cerca de 1870, ao lado da Maçonaria, e às vezes confundindo-se com ela<sup>23</sup>, surgia uma corrente de idéias, que se pretendia ainda mais modernizante e com uma vocação particular para regenerar a humanidade pelo poder da ciência, o positivismo.

O positivismo foi uma nova tentativa de inserção do Brasil no pensamento moderno e ilustrado. A mocidade acadêmica e os círculos intelectuais adotam por esta época o que se chama de “espírito crítico”, que visa combater sobretudo o espiritualismo da vertente eclética, ligada às idéias do francês Victor Cousin. Toma-se conhecimento, indiferentemente, de Comte, Littré, Taine, Renan, Darwin. É desse período a fundação, no Rio de Janeiro, da Sociedade Positivista. Começam a aparecer e se difundir com maior intensidade as primeiras obras daqueles que seriam mais tarde os líderes teóricos das duas alas principais do comtismo, a ortodoxa e a dissidente: Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Luiz Pereira Barreto. Em Recife fazem aparição, entre outros, Tobias Barreto e Silvio Romero. Como reflexos desse “espírito de renovação” podemos citar a reforma do Colégio Pedro II e a organização da Escola Politécnica.

Este “espírito de renovação” da década de setenta traduziu-se em duas correntes principais de idéias: a Escola do Recife e o positivismo. A Escola do Recife buscou uma posição própria neste movimento de idéias, afastando-se do espiritualismo dos ecléticos mas também da rejeição, sem crítica, da metafísica, substituída pelo positivismo. Seu líder espiritual foi, no Recife, Tobias Barreto. Adotando o evolucionismo, ele acreditava poder conciliar a metafísica com a perspectiva cientificista predominante na época. No Rio de Janeiro, na década de noventa, teria destaque a figura de Silvio Romero, discípulo de Tobias Barreto.

A Sociedade Positivista foi fundada em 1876, no Rio de Janeiro, e teve seu prosseguimento como Igreja Positivista do Brasil. Seu período de maior atividade correspondeu à fase de liderança de Miguel Lemos (1854-1916) e Teixeira Mendes (1855-1927). Seu escopo principal era preservar a doutrina de Comte.

A partir da década de noventa teve início a formação e a ascensão de uma corrente política de inspiração positivista. Sua popularidade inicial deve-se à figura de Benjamin Constant no Rio de Janeiro. Mas logo em seguida seu eixo se desloca para o Rio Grande do Sul, com um grupo liderado por Júlio de Castilhos (1860-1903). Segundo José Veríssimo<sup>24</sup>, ser positivista era uma boa recomendação e o positivismo era tido quase como uma religião de Estado. Seu sentido profundamente conservador revela-se em dois pontos principais: na idéia de regulamentação da vida social; e na idéia de republicanismo totalitário.

Além de haver fornecido as idéias que vieram a se constituir no núcleo do pensamento político da facção dominante, a ascensão do positivismo, ao longo da República, trouxe como consequência mais importante o predomínio, no seio da intelectualidade, de uma atitude mental difusa mas persistente<sup>25</sup>. A par da subestimação da filosofia, nutriu-se a mentalidade positivista de uma atitude supervalorativa das ciências ditas positivas, destacando-se seu caráter mais enciclopédico que científico. Não trouxe o positivismo ao Brasil qualquer contribuição ponderável ao progresso das ciências. Ele penetrara no país não como um método de investigação, mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar de cientificista, e sobretudo como uma filosofia social, política e religiosa. O cientificismo não correspondeu a um imperativo da evolução industrial. Nas condições brasileiras, não se tratava de armar as novas gerações de técnicos de um conceito operacional da ciência, mas de dar aparência cientificista a uma especulação no estilo da metafísica tradicional. Havia uma confiança quase religiosa na onipotência da ciência e na sua capacidade para resolver os problemas brasileiros.



Quando a “maçonaria católica” começa a aparecer, no início dos anos noventa, o positivismo também já não dispunha da mesma gravitação de antes, embora se mantivesse o mesmo estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas da sociedade brasileira. Neste sentido, pode-se concluir que a “nova religião” intentada por Magnus Sondahl foi uma tentativa de dar nova feição à maçonaria tradicional, a partir da grande influência sofrida pela doutrina do Apostolado Positivista, mas também uma tentativa de substituir ou de concorrer com a doutrina de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. A adoção da chamada “via iniciática” e sua busca obsessiva pela verdade absoluta – daí, talvez, o uso do termo “ortologia”, como sinônimo de maçonaria católica – pode ter contribuído, neste caso, para uma maior aproximação com ideário positivista. Por outro lado, o uso do termo “católica” demonstra por si o quanto a oposição Igreja/Ilustração<sup>26</sup> está longe de ser o cerne das posições da maçonaria no Brasil. Esta utilização talvez denuncie já a importância da idéia de Religião da Humanidade, uma vez que o próprio Comte nunca escondeu a sua admiração pela instituição católica.

## Abstract

This article analyses the unpublished theme in Brazilian historiography: the “catholic freemasonry” in Brazil (1890-1910).

**Key words:** Catholic freemasonry, Brazil, Old Republic

## Notas

<sup>2</sup> *O Protesto*, Rio de Janeiro, nº 5, 24 dez. 1899.

<sup>3</sup> *O Libertarista*, Rio de Janeiro, nº 3, 24 dez. 1899 (o jornal adota o calendário positivista, sendo a data constante no jornal a seguinte: 24 dias do 12º mês de 111).

<sup>4</sup> Carta manuscrita autógrafa de Lima Barreto para Magnus Sondahl. Coleção Lima Barreto, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

<sup>5</sup> Conselho especial da maçonaria que reúne os maçons de grau 30.

<sup>6</sup> “Maçonaria Católica” também era conhecida como Sociedade Iniciática dos Construtores do Templo da Razão e dos Homens Universais, o que leva a crer que se tratava de um desdobramento da maçonaria, com forte influência do Apostolado Positivista.

<sup>7</sup> Magnus Sondahl tinha uma obra relativamente vasta, podendo-se destacar as seguintes: *Descrição resumida de um núcleo sociocrático durante a fase transitória da plutometria*. Rio de Janeiro: s.c.e., 1900; *Preleções ortológicas realizadas na Biblioteca Pública de Curitiba*. Curitiba: Correia, 1901; *Ensino racional de leituras em quatro lições sistemáticas*. Rio de Janeiro: J. S. Cunha, 1908; *Relatório apresentado pelo inspetor agrícola do quinto distrito*. Bahia: Offic. dos Dois

Mundos, 1911; *Da magia natural – revelação do grande arcano. 200º tratado da grande enciclopédia ortológica*. Bahia, Offic. Xylo.-Typ., ano 15, 1912; *Sociocráticos – a maior revolução do mundo. Apelo ao público pelo fundador da União Sociocrática*. Rio de Janeiro: Typ. Guttemberg, s.d..

- <sup>8</sup> É preciso lembrar aqui que os adeptos do socialista utópico Charles Fourier também pregavam a extinção do dinheiro.
- <sup>9</sup> Não encontramos esta palavra no vocabulário maçônico, por isso acreditamos ser ela também uma invenção de Sondahl.
- <sup>10</sup> Documento da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- <sup>11</sup> O termo sociocracia é usado por Magnus Sondahl como designação de um governo da sociedade por ela mesma, daí a simpatia pela ortologia por parte dos anarquistas. Apesar de o próprio Sondahl reivindicar para si o termo, designando a supremacia da sociedade em relação ao indivíduo, tomado isoladamente, sabe-se que ele é uma invenção de Comte, que o usava, em sua obra *Apelo aos conservadores*, também como sinônimo de “pacto social” entre todas as classes da sociedade e contra o individualismo. Não obstante as aparências progressistas, vê-se aí tratar-se de um projeto de cunho bastante conservador.
- <sup>12</sup> *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, nº 7, 9 nov. 1902.
- <sup>13</sup> *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, nº 19, maio 1904.
- <sup>14</sup> Sobre as origens da Maçonaria seguiremos de perto o trabalho de OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *A maçonaria portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 1995, pp. 38-70.
- <sup>15</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *A maçonaria portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 1995, pp. 65-70.
- <sup>16</sup> Sobre dados factuais relativos à Maçonaria no Brasil seguiremos de perto o trabalho de CASTELLANI, José. *A Maçonaria na década da abolição e da república*. Londrina: A Trolha, 2001.
- <sup>17</sup> Ver NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- <sup>18</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 19-23.
- <sup>19</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1981, pp. 14-16.
- <sup>20</sup> ADORNO, Sérgio. “Nos limites do direito, nas armadilhas da tradição: a revolução descolonizadora na América Latina”, in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1990, pp. 181-193.
- <sup>21</sup> BARRETO, Célia de Barros. “Ação das sociedades secretas”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, tomo II. O Brasil monárquico*, v. 1. São Paulo: Difel, 1985, p. 206.
- <sup>22</sup> Alexandre Mansur Barata em seu livro *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)* (Campinas: Unicamp, 1999), defende hipótese contrária, inserindo a Maçonaria nos quadros daquilo que chama de “Ilustração brasileira”, destacando sua atuação dentro do ideário liberal da segunda metade do século XIX.

- <sup>23</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Da Maçonaria ao positivismo", in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, tomo II. O Brasil monárquico*, v. 5. São Paulo: Difel, 1985.
- <sup>24</sup> VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1901, pp. 56-57.
- <sup>25</sup> PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.
- <sup>26</sup> Veja-se neste caso o trabalho de BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*. Campinas: Unicamp, 1999.

Religião e filantropia: a  
Maçonaria Católica do  
Brasil (1890-1910)